



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO (DPGE)

RAYANE KELLY DOS SANTOS BEZERRA

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER: aspectos relevantes de sua atuação no estado de
Pernambuco**

Recife

2022

RAYANE KELLY DOS SANTOS BEZERRA

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER: aspectos relevantes de sua atuação no estado de
Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado em: 26/10/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Liliane Maria Teixeira Lima de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa.Dra. Maria Sandra Montenegro Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Dalvaneide de Oliveira Araújo (Examinador Externo)
Faculdade de Ciências Humanas de Olinda

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: aspectos relevantes de sua atuação no estado de Pernambuco

Nucleus for Gender Studies and Confronting Violence against Women: relevant aspects of their performance in the state of Pernambuco.

Rayane Kelly dos Santos Bezerra

Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. rayane.bezerra@ufpe.br

Liliane Maria Teixeira Lima de Carvalho

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. liliane.lima@ufpe.br

Maria Dalvaneide de Oliveira Araújo

Doutora em Ciências da Educação. Professora da Faculdade de Ciências Humanas de Olinda. dneide@gmail.com

RESUMO

As violências de gênero perpassam todas as instituições, e para sua prevenção e enfrentamento, a Educação constitui-se em um dos pilares centrais. A pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos relevantes da atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG), cujo eixo consiste em realizar debates sobre gênero dentro de instituições de ensino, no Estado de Pernambuco. Em termos específicos buscou-se: identificar o funcionamento do Núcleo em Pernambuco; descrever as ações desenvolvidas pelo Núcleo nas Instituições de Ensino; e analisar as potencialidades e dificuldades acerca da atuação desse Núcleo no Estado de Pernambuco. De cunho qualitativo, os dados da pesquisa resultaram da análise de documentos e de respostas à entrevista realizada com duas Coordenadoras da Gerência de Capacitação de Gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco. Atualmente existem 307 Núcleos em atuação e suas discussões atravessam os espaços escolares atingindo, familiares e vizinhos. Entretanto, a falta de recursos próprios tem dificultado sua autonomia de atuação por diversos aspectos. Inferimos que tornar o NEG uma política pública implementada por Lei e com recurso próprio, apresenta-se como estratégia para a prevenção da violência de gênero desde a mais tenra idade nas escolas.

Palavras-Chave: Núcleo de Estudos de Gênero, Enfrentamento da Violência contra a Mulher, Secretaria da Mulher de Pernambuco, Gerência de Formação de Gênero de Pernambuco

ABSTRACT

Gender violence permeates all institutions, and for its prevention and confrontation, Education constitutes one of the central pillars. The research aims to analyse the relevant aspects of the work of the Nucleus for Gender Studies and Confronting Violence against Women (NEG), whose axis is to hold debates and reflections on gender within educational institutions in the State of Pernambuco. In specific terms, we sought: to identify the operation of the Nucleus in Pernambuco; to describe the actions developed by the Nucleus in the Teaching Institutions; and to analyse the potentialities and difficulties concerning the

performance of this Nucleus in the State of Pernambuco. Of a qualitative nature, the research data resulted from the analysis of documents and responses to the interview carried out with two Coordinators of the Gender Training Management of the Women's Secretariat of Pernambuco. Currently, there are 307 Nuclei in operation and their discussions cross the school spaces, reaching family members and neighbours. However, the lack of own resources has hampered their autonomy in several aspects. We infer that making the NEG a public policy implemented by law and with its own resources, presents itself as a strategy for the prevention of gender violence from an early age in schools.

Keywords: Nucleus for Gender Studies, Confronting Violence against Women, Secretary of Women of Pernambuco, Gender Training Management of Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

Diferentes dimensões de violência perpassam toda a trajetória de vida das mulheres no nosso País. Enquanto os homens são atravessados pela violência nas ruas, mulheres se deparam, na maioria das vezes, enfrentando esse problema dentro do próprio lar.

Em conformidade com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida por Convenção de Belém do Pará que aconteceu na cidade que seu nome carrega, no dia 9 de junho de 1994, a violência contra a mulher é definida de forma abrangente como: a “violência física, sexual e psicológica ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, que o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência” (BRASIL, 1996, p. 1). Essa Convenção é o primeiro pacto de alcance internacional que projeta criminalizar todas as formas de violências praticadas contra as mulheres e foi promulgada com o Decreto Nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996, ambicionando a proteção do direito das cidadãs e intensificar o combate às violências.

Para a Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada por Luís Inácio Lula da Silva, então Presidente da República, a violência contra a mulher vai muito além de agressão corporal, quando na realidade a legislação leva em conta muitas outras faces tão violentas quanto.

A violência física se dá por qualquer ato que utilize de força física, armas ou objetos e na maioria das vezes é o que precede o feminicídio; a violência sexual é qualquer ato que leve a vítima a observar ou a manter relação sexual que não é do seu desejo, que a negue o direito de uso de algum método contraceptivo recorrendo ao uso de força e chantagem; a violência patrimonial se dá com o agressor retendo

ou tomando posse de bens pertencentes a vítima; a violência moral é esculpida pela calúnia, injúria e difamação e a violência psicológica que tem por objetivo degradar as ações da vítima ou causar danos emocionais na mesma.

No que se diz respeito às violências de gênero se faz sempre necessário reafirmar que elas perpassam todas as instituições e o machismo está enraizado historicamente na nossa sociedade e para certificar adequadamente as circunstâncias de prevenção e combate, a Educação vem como um dos pilares centrais nesse debate. Sendo a escola uma instituição viabilizadora e propulsora de aprendizagens significativas, que objetiva abrandar as enormes diferenças sociais, entende-se como necessário um estudo sobre as discussões de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher dentro das escolas.

De acordo com o site da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, visando investigar e fomentar o debate sobre violência de gênero dentro das instituições de ensino, em 2011 foi desenvolvido o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG) , que é uma ação da Secretaria da Mulher do Estado, tendo apoio da Secretaria da Educação e de Instituições de Ensino.

A criação desse Núcleo, que é espalhado pelas Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) e pelos Instituições de Ensino Superior (IES) desde o Sertão até a Região Metropolitana do Recife, tem como foco promover ações socioeducativas que construam uma nova narrativa de valorização, solidariedade e acima de tudo respeito às mulheres. O estímulo dessas intervenções se dá desde workshops até campanhas, pesquisas e exposições e todas essas práticas atravessam as paredes das instituições e acalentam tanto os alunos quanto a comunidade a qual a escola pertence.

A justificativa pela temática de estudo desta pesquisa se dá pela iminente necessidade de debater a violência contra as mulheres dentro desses espaços formativos, trazendo a juventude como protagonista dessas rodas de discussão, pois são os indivíduos que estão construindo o futuro e construindo suas percepções sociais.

Para além da importância em um contexto social, para construção deste artigo são consideradas vivências e reflexões de quem escreve esse trabalho. Compreendendo-me como tantas inúmeras mulheres, também fui vítima de uma sociedade que cotidianamente nos joga em um espaço invisível, árduo e cruel. Os

corpos são violados, as mentes são quebradas e das rachaduras surgem os mais profundos medos, questionamentos e uma culpa que nunca sequer jamais existiu. Esse espaço invisível no qual somos largadas foi construído em um contexto histórico patriarcal que se perpetua na falta dos debates e das reflexões sobre.

Dessa forma, as notícias recorrentes das inúmeras violências contra as mulheres, que tantas sofrem durante os anos, se tornam uma súplica para um estudo mais aprofundado que vai muito além de um estudo acadêmico.

Em uma breve pesquisa pelo Portal de Periódicos da CAPES usando os termos *Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher em Pernambuco* foram encontrados 17 resultados, dos quais nenhum deles oferece dados específicos sobre os Núcleos. Os resultados obtidos fazem alusão à Lei Maria da Penha, empoderamento feminino, igualdade de gênero, violência de gênero, mas não sobre os Núcleos e sua atuação em particular. Portanto, o tema se faz pertinente pela necessidade de compreender a relevância atual de se debater a violência de gênero e suas ramificações dentro dos ambientes de aprendizagem.

Dadas as circunstâncias a presente pesquisa é uma análise da atuação dos Núcleos no Estado, e parte do seguinte questionamento: como se caracteriza e se dá a atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG) no Estado de Pernambuco?

A pesquisa traz como objetivo geral analisar os aspectos relevantes da atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Estado de Pernambuco. E tem por objetivos específicos: identificar o funcionamento do Núcleo de Estudos de Gênero e Violência contra a Mulher em Pernambuco; descrever as ações desenvolvidas pelo Núcleo dentro das Instituições de Ensino Pernambucanas; e por fim, analisar as potencialidades e dificuldades acerca da atuação desse Núcleo no Estado de Pernambuco.

Partindo da afirmativa de que as instituições de construção de saberes são de extrema importância também na construção social do indivíduo, essa pesquisa parte do pressuposto de que as potencialidades da atuação do Núcleo no Estado se dão no compromisso de trazer a reflexão e o conhecimento para os jovens envolvendo também a sua comunidade em um local onde eles constroem diariamente suas percepções e senso crítico e moral. Ao mesmo tempo as dificuldades de sua atuação baseiam-se na pouca estrutura nas escolas para

promoção de workshops e palestras e poucos recursos disponíveis para confecção de materiais didáticos sobre as temáticas.

Para direcionar o entendimento dos dados coletados, na primeira seção, que vem logo a seguir, será abordado *Considerações sobre a historicidade da luta pelo fim da violência contra a mulher no Brasil*, com a finalidade de estabelecermos a compreensão do contexto histórico dessa pauta em nosso País e na segunda seção, intitulada *Sobre Juventude, Educação e Violência de Gênero*, trataremos sobre o atrelamento da juventude, da educação, da violência e do gênero no Brasil.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTORICIDADE DA LUTA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL

A violência contra a Mulher não é um fato novo na história da humanidade, pelo contrário, desde os escritos sagrados é incumbido a mulher o lugar de personagem figurante, o qual só se é substituído pelo lugar de personagem principal quando se fala da destruição de tudo que o homem considerava perfeito: o Paraíso.

E esse lugar secundário foi designado para as mulheres também no nosso País. Desde o Período do Brasil Colônia, quando a Igreja começou o seu “processo educativo”, foi negado à mulher a oportunidade de aprender. A mulher, então, não era a protagonista da destruição do Paraíso, mas aparecia como a protagonista do lar: servia integralmente e religiosamente ao pai, ao marido e aos afazeres domésticos. Porém, antes do início desse processo educativo, vale lembrar que a violência sexual contra a mulher é escrita com sangue nativo na nossa história: a miscigenação presente no País, iniciada com a invasão portuguesa em Pindorama, não veio de relações consensuais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 criou a Comissão Sobre a Situação da Mulher (CSW) com o objetivo de observar mais atentamente as circunstâncias que as mulheres se encontravam em relação às diversas faces da violência. No site da ONU Mulheres (*UN Women*) que é a entidade feminina da Organização é possível ler que “A CSW é fundamental na promoção dos direitos das mulheres, documentando a realidade da vida das mulheres em todo o mundo e moldando os padrões globais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres”.

A conjuntura brasileira da década de 70 é grifada pelas primeiras movimentações femininas contra a violência de gênero, onde as mulheres reivindicam seus direitos e lutavam contra o cruel sistema opressor.

A política sexista reinante até então, deixava impunes muitos assassinatos de mulheres sob o argumento de legítima defesa da honra. Como exemplo, temos em 1976, o brutal assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu ex-marido, Raul Fernando do Amaral Street (Doca) que não se conformou com o rompimento da relação e acabou por descarregar um revólver contra o rosto e crânio de Ângela. Sendo levado a julgamento foi absolvido com o argumento de haver matado em 'legítima defesa da honra'. A grande repercussão dada à morte de Ângela Diniz na mídia, acarretou numa movimentação de mulheres em torno do lema: 'quem ama não mata' (PINAFI, 2007, p. 4).

E foi com esse slogan "*Quem Ama Não Mata*", que logo virou um clamor social, que o assassino de Ângela, em 1981, foi condenado a 15 anos de prisão. O lema, virou um manifesto em frente a uma igreja transformando-se no Movimento QANM que segue vivo até hoje e de acordo com Eduarda Esteves do site Elas que Lucrem (2021), 40 anos depois de sua criação, ainda existiam membras fundadoras entre as membras ativas.

Ante o exposto, Nery, Lutz e Moraes (2014, p. 4) destacam que

A busca por reconhecimento, não está ausente de luta. E, no século XX, com o advento do movimento feminista, que ganhou o mundo Ocidental, esta luta se inicia de forma mais contundente, estabelecendo-se as efetivas pretensões reativas do feminino ao poder masculino, no contexto das sociedades, como forma de obter respeito social de seus direitos. Instauram-se então, duas pretensões: as pretensões do masculino, legitimadas pela hierarquização dos papéis sociais e as pretensões de respeito social do feminino. Este é o campo de luta por reconhecimento.

Em 1985, São Paulo construiu a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, naquela época conhecida como DDM. A iniciativa que foi pioneira no Brasil nasceu em um momento em que os dados estatísticos que se referiam a violência contra a mulher eram inexistentes. Não existia até então nenhum lugar que contribuísse para a defesa do direito das mulheres e muito menos que as protegessem das violências de gênero.

Nesse mesmo ano, o então Presidente, José Sarney, sancionou a Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM), com o objetivo "de promover em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições

de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País”. (BRASIL, 1985, pág. 1) e foi esse Conselho que trabalhou incansavelmente até a Constituição de 1988 ser promulgada.

A Constituição de 1988 foi um marco no que se refere a autenticação dos direitos femininos, apesar de nem todos os seus escritos serem colocados em prática. Com muito esforço do CNDM foi levado em consideração em sua composição a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que foi um documento entregue a Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. O documento, escrito a mão, trazia reivindicações específicas sobre os direitos voltados para a mulher, desde violência, até questões nacionais e internacionais.

A saber, em 1988, Maria da Penha Maia Fernandes, cearense e biofarmacêutica já estava paraplégica. 5 anos antes, ela levou um tiro de espingarda de seu marido, tiro esse, que tirou seus movimentos. Não satisfeito em tentar e quase conseguir alvejar Maria, seu agressor continuou as agressões após a mesma retornar do hospital e a manteve em cárcere privado tentando electrocutá-la.

Maria, por anos, lutou ininterruptamente para colocar seu pesadelo humano atrás das grades, mas a justiça brasileira seguia ainda muito falha em defender as mulheres. Como resposta, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que faz parte da Organização dos Estados Americanos. O País foi acusado de omissão, negligência e de descumprir dois importantes tratados: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra Mulher e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Após a condenação, o Brasil teve que ressignificar tudo o que envolvia violência doméstica e remodelou suas leis. Maria da Penha, por sua história que atravessou pessoas e oceanos, teve seu nome atrelado como sinônimo da batalha das mulheres em prol de seus direitos: A Lei Nº 11.340.

Vemos cotidianamente inúmeros casos de inúmeras formas de violência contra as mulheres, em graus variados, chegando até ao feminicídio. Em muitos casos, os agressores são os que dividem a mesma cama, a mesma vida que a vítima. Mas antes do feminicídio, existiu um grande caminho de agressões por trás.

Walker (1979), psicóloga americana, fundadora do *Domestic Violence Institute* (Instituto da Violência Doméstica), escreveu o livro *The Battered Woman* (A

mulher maltratada), onde entrevistou mulheres e constatou sobre algo em comum em todas as histórias de agressão que ouviu. Esse algo em comum foi batizado de: o ciclo do abuso ou ciclo da agressão.

O ciclo é composto por três fases e é constantemente repetido em um contexto conjugal. A primeira fase é chamada de “aumento da tensão”. É o momento em que o agressor demonstra irritação com assuntos irrelevantes, tem acessos de raiva constantes, faz ameaças à companheira e a humilha. [...] A segunda fase é chamada de “ataque violento”. É quando o agressor perde o controle e materializa a tensão da primeira fase, violentando a mulher. Importante lembrar que as agressões não se resumem apenas à violência física ou verbal. [...] Já a terceira fase, mais conhecida como “lua de mel”, é o momento em que o companheiro demonstra arrependimento, promete que a agressão não irá se repetir e busca a reconciliação. Geralmente, torna-se mais carinhoso, muda algumas atitudes, o que pressiona as mulheres a se manterem no relacionamento, em especial, quando o casal tem filhos. É por isso que muitas não conseguem quebrar esse ciclo (MANSUIDO, 2020, p. 1)

Diante dos fatos mencionados compreendemos a necessidade em grande escala de se debater a violência contra as mulheres em uma sociedade que invalida qualquer prática feminina. É fundamental a reflexão sobre a temática em todas as idades e esferas sociais, porém é imprescindível envolver os mais jovens nessas discussões, tanto para reconhecimento, quanto para compreensão das interfaces dessa temática ao longo da vida.

A seguir discorreremos sobre a articulação entre juventude, educação e violências de gênero e a importância do debate da pauta dentro das instituições de ensino.

3 SOBRE JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A juventude nunca foi formada apenas por sujeitos unicamente detentores de direitos, conforme aqueles dispostos no Estatuto da Juventude, mas também por sujeitos com potencialidades as quais independem de cor, credo e gênero.

Para Dayrell (2003, p. 42):

construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

Nessa perspectiva, quando refletimos sobre o jovem como sujeito social, Dayrell (2003, p. 43) também cita que:

temos de levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana.

Considerando essas privações de externar suas subjetividades, a Escola é, para essa juventude, a oportunidade de desenvolvimento de potencialidades e amadurecimento de senso moral e crítico.

Se espera das instituições escolares enquanto formadoras de sujeitos sociais a sua transformação em molas propulsoras em relação a debates relevantes para a sociedade e formação de seus alunos: racismo, *bullying*, homofobia, capacitismo e violência de gênero.

O debate que envolve a igualdade e a violência de gênero se mostra de grande necessidade e importância dentro dos ambientes escolares, porque nesses ambientes também ocorreu e ainda ocorre a separação dos sujeitos. A Escola também efetuou ações de isolamento dos gêneros. Escolas só para meninas. Escolas só para meninos. Toda essa manifestação divisória obviamente gerou efeitos nos indivíduos.

Todas as engrenagens que formam as instituições escolares ainda têm muito do sexismo instaurado a décadas atrás, desde o currículo até a linguagem utilizada. Deste modo, se faz necessário a quebra dessa parede construída por uma sociedade que não valoriza o papel e a atuação da mulher, sociedade essa que invadiu as paredes dos ambientes de aprendizagem. Por isso, para além do Estado, fica incumbido também à Escola o levante dessas pautas, trazendo o jovem para o lugar de protagonista da discussão.

Costuma-se dizer que a educação deve formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, deter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela (TONET, 2000, p. 7).

E não apenas deve acontecer o debate, mas sim promover a igualdade entre os gêneros. O Programa Maria da Penha vai à Escola, que é ativo em muitas

idades, inclusive na Capital Pernambucana, iniciou-se no Distrito Federal e de acordo com o site Não Se Cale, do Governo do Mato Grosso do Sul, as ações do projeto vão de rodas de diálogo, panfletagens até entrevistas em rádios e tevês, visando alcançar os jovens ao mesmo tempo que contribui para a formação dos docentes.

O ato de trazer a pauta para dentro dos espaços onde a juventude constrói, modela e remodela diariamente suas percepções sociais, abre espaço também para a reflexão de suas vivências e conhecimentos para além das paredes desses espaços formativos. Machado (2010) chama a atenção para o fato de que as exteriorizações da violência de gênero no âmbito doméstico não incluem apenas a esposa, mas abarca também jovens e crianças independentes do sexo que habitam também aquele mesmo domicílio. Então, não é difícil imaginar que no meio dos diálogos sobre a temática, alguns tenham se reconhecido ou reconhecido alguém próximo.

E é partindo dessa mesma concepção da necessidade de intervenção nas Escolas, que guiou o Maria da Penha Vai à Escola até essas instituições, que o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher foi instaurado nas instituições do Estado de Pernambuco

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A abordagem metodológica que auxiliou a construção e o andamento deste Trabalho de Conclusão de Curso foi a qualitativa, pois “[...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 269), utilizando assim, uma pluralidade de modos de coleta de dados, sem focar impreterivelmente em dados estatísticos, vindo a procurar a minúcia das interrogações que serão feitas durante o processo de pesquisa deste referido projeto.

Godoy (1995, pág. 20) em seus estudos afirma que “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”, nessa mesma perspectiva Creswell (2007, p. 186) diz que

A pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada. Diversos aspectos surgem durante um estudo qualitativo. As questões de pesquisa podem mudar e ser refinadas à medida que o pesquisador descobre o que perguntar e para quem

fazer as perguntas. O processo de coleta de dados pode mudar à medida que as portas se abrem ou se fecham para a coleta de dados, e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse.

Realizou-se também as pesquisas bibliográfica e documental. A primeira, conforme Severino (2007, p. 122), é “aquela que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. Com relação à pesquisa documental, também de acordo com Severino (2007, p. 122-123) ela “tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos [...] tais como jornais, fotos, filmes, gravações [...]. Nestes casos os conteúdos de texto ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda mão de obra”.

Dito isso, a pesquisa propiciou um estudo sobre o tema central de duas óticas: as dos documentos científicos (dissertações e artigos) e a dos não científicos (flyers, matérias de jornais, infográficos distribuídos pela Secretaria da Mulher). Essas abordagens de pesquisa ajudaram no reconhecimento de ações e atuação do NEG e optou-se por não analisá-los separadamente, mas no bojo das análises obtidas das entrevistas realizadas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi estruturadas, que segundo Manzini (1990/1991, p. 154) “está focalizada em um objetivo sobre o qual elaboramos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”, com a Gerência de Formação em Gênero da Secretaria da Mulher, que é responsável pelo Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Estado de Pernambuco.

Foram realizadas entrevistas com duas coordenadoras da gerência de formação de gênero da Secretaria da Mulher, ao qual se encontra vinculado o NEG. Foram realizadas ao todo 19 questões na entrevista e que foram agrupadas nas seguintes categorias: Caracterização do núcleo; aspectos da sua atuação; e suas Potencialidades e Fragilidades.

Os dados foram gravados, transcritos e organizados sob a forma de protocolos para cada Coordenadora da Gerência de Formação de Gênero da Secretaria da Mulher e foram analisados considerando as categorias da entrevista.

Para salvaguardar suas identidades elas serão mencionadas no presente artigo por CGFGA e CGFGB.

A análise dos dados foi elaborada a partir dos teóricos trazidos no decorrer desta pesquisa e dos dados coletados através dos documentos e das entrevistas realizadas.

5 RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos da entrevista realizada com as coordenadoras da Gerência de Formação de Gênero, CGFGA e CGFGB, serão apresentados nesta seção a partir das categorias organizadas nas questões da entrevista: Caracterização do núcleo, Aspecto da sua atuação, e suas Potencialidades e Fragilidades, conforme mencionamos na metodologia.

Os dados obtidos, portanto, são resultantes do olhar das duas coordenadoras, sendo necessário destacar inicialmente o perfil profissional delas. O Quadro 1 resume suas principais características profissionais.

Quadro 1 – Perfil profissional das Coordenadoras da Gerência de Formação de Gênero (CGFG) participantes da pesquisa

| Coordenadora | Formação Inicial | Trabalho na Secretaria da Mulher | Trabalho no NEG | Pós-graduação |
|--------------|------------------|----------------------------------|-----------------|---------------|
| CGFGA | Turismo | 2007 | 10 anos | Não possui |
| CGFGB | Pedagogia | 2010 | 10 anos | Não possui |

Fonte: a autora.

Conforme podemos observar no Quadro 1, com relação à trajetória profissional, as Coordenadoras iniciaram seus trabalhos na Secretaria da Mulher nos anos de 2007 e 2010 e logo em seguida passaram a atuar no NEG que foi instituído nesta Secretaria em 2011. Apenas CGFGB possui formação pedagógica e ambas afirmam não ter realizado nenhuma pós-graduação.

A CGFGA é proveniente de uma cidade do sul do Brasil e participou efetivamente da criação da Secretaria da mulher, conforme o seu relato:

Eu sou do Sul e moro aqui desde 2007, então quando eu cheguei em Pernambuco meu 1º emprego efetivo de carteira assinada foi na Secretaria da Mulher enquanto sua primeira

composição de equipe. Eu cheguei muito nova e com um cargo de secretária do qual a gente estava ali montando o que hoje é a maior estrutura de política pública do estado que é a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

A CGFGB, por sua vez, destaca a sua formação e entrada na secretaria, conforme a sua fala:

Minha formação inicial é em Pedagogia, entrei na Secretaria da Mulher em 2010 através de uma seleção [...], não frequentei a pós graduação, mas tenho um bom conhecimento da minha passagem lá né, nesses 10, 11 anos.

Como podemos observar ambas as Coordenadoras possuem um conhecimento aprofundado sobre a Secretaria da Mulher a partir das suas atuações ao longo do tempo. Além disso, elas atuam há 11 anos no NEG tendo participado da constituição desse núcleo, o qual caracterizamos em seguida.

5.1 Caracterização do Núcleo.

O Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher (NEG) é uma ação da Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher) e tem por objetivo trazer o debate sobre gênero e suas interfaces para o âmbito das instituições de ensino. Para além de trazer o debate, o NEG incita a reflexão da necessidade de levantar essa pauta, ainda pouco discutida, dentro dos espaços educacionais que envolvem a juventude, como é o caso das escolas.

Segundo Machado (2010) é muito importante reflexões de gênero em ambientes diversificados, tais como escolas, família, trabalho, pois, desde a infância são esses espaços que muitas vezes determinam as desigualdades de gênero, o que transforma esses locais de pertença em importantes aliados para as práticas que são reproduzidas na tenra idade.

Com relação a caracterização do Núcleo, as Coordenadoras apontam a importância de envolver a juventude nessas pautas sociais relacionadas a questões de gênero, conforme podemos identificar na fala da CGFGA:

a gente tá fazendo com que esse menino não se torne agressor e que essa menina não se torne uma vítima. Então, que ela não chegue na idade dos 16, 17, 18 anos achando que é normal ter uma violência, um relacionamento tóxico por exemplo

Por não ter um orçamento próprio, nem uma lei que o regulamente, o NEG ainda não se constitui em uma política pública de Estado, sendo apenas uma ação da Secretaria da Mulher e apoiado pela Secretaria de Educação de Pernambuco (SecEdu), pelos Institutos de Ensino Superior (IES) e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Segundo as Coordenadoras entrevistadas, a origem do NEG está vinculada ao Prêmio Naíde Teodósio cuja realização é anual, sendo divulgada dentro das escolas para que elas possam se inscrever para concorrer a essa premiação. Esse prêmio foi criado visando a igualdade de gênero no campo da educação, percebendo-se a necessidade do levante da pauta de gênero dentro das instituições escolares.

Em 2009, já existiam debates dentro da temática de gênero em faculdades, mas foi só em 2011 que surgiu o NEG, a partir da assinatura de um termo de cooperação mútua entre a Secretaria da Mulher de Pernambuco e a Secretaria de Educação de Pernambuco.

Com a articulação entre essas duas secretarias, as escolas começaram a ser mapeadas e foram escolhidas inicialmente cinco que já tinham participado do Prêmio Naíde Teodósio, entendendo-se que, como houve essa participação já deveria existir uma discussão sobre o tema ou mesmo um (a) professor (a) que estudava essa temática. Desse número, uma escola era da Região Metropolitana, duas do Sertão, uma do Agreste e uma da Zona da Mata.

Ambas as coordenadoras relataram que não tinham conhecimento sobre a temática, antes de começar a trabalhar na SecMulher. Sobre isso, a CGFGA destaca

Tenho uma mãe que é referência muito grande nas lutas do campo social, então né, falar sobre lutas e desigualdades, eu tenho um pézinho. Mas quando se falou de gênero, eu também não tive esse olhar pro campo do feminino, pro campo do feminismo. [...] Foi ali junto com a secretaria que eu fui aprendendo também sobre feminismo, sobre igualdade de gênero, sobre o que a gente podia ofertar para a sociedade.

Por essa questão do não conhecimento das questões de gênero, houve uma certa dificuldade de compreender como seria colocar o NEG em prática. Como observamos na fala da CGFGB:

A gente não tinha conhecimento de como implementar o Núcleo dentro das escolas, então tudo isso foi se formando

através da nossa dinâmica mesmo, com ações, trazendo a experiência junto com os professores, junto com os gestores, equipe da SecMulher, equipe da educação e várias outras instituições.

Percebe-se com as falas que as reflexões sobre gênero foram construídas de forma coletiva, levando em consideração a vivência de todo o grupo de composição do Núcleo de Estudos de Gênero.

Existe um processo para além da Secretaria da Mulher para a implantação do Núcleo nos espaços de formação. A SecMulher conta com 12 Coordenadorias Regionais, que são o braço direito da secretaria nas regiões de desenvolvimento do Estado. Cada região dessa tem uma Coordenadora e essa profissional é da equipe da SecMulher e são como pontes entre ela e os Núcleos.

Para além dessa relação, a própria instituição pode se interessar pela atuação do Núcleo e procurar a SecMulher. E esse interesse pode vir desde uma palestra que o profissional que trabalha lá assistiu, ou pelas próprias redes sociais. Com a demonstração do interesse, a Gerência de Formação de Gênero da SecMulher visita o espaço que vai receber o Núcleo para saber se o ânimo pela atuação do NEG é coletivo.

A existência do NEG dentro da instituição depende muito de um professor que esteja na liderança dessas pautas de gênero dentro do espaço. Sobre esse aspecto, a CGFGA relata que

O núcleo ele só existe por uma luta muito grande dos professores que querem ali discutir a questão de gênero. Como ele não é regulamentado, não é uma ação de política pública efetiva no caso: o professor não recebe para estar à frente do Núcleo, ele não recebe uma bolsa, ele não recebe carga horária. Então os Núcleos, de fato, hoje, são uma bandeira de luta dos professores.

Em 2012, a SecMulher conseguiu recursos com a Secretaria Nacional que existia na época e iniciou a formação desses professores que lideravam os Núcleos em seus espaços. Essa formação foi um seminário de dois dias que teve como convidados representantes dos NEG de outros estados que eram de IES, visando dividir a experiência de criação e atuação do Núcleo. A esse respeito a CGFGB destacou:

Todos eles falaram que não tinha uma receita, falaram a experiência, mas que tinha que ser de acordo com a realidade de cada um, de cada escola aqui do estado.

Nesse mesmo dia de formação, mais 10 escolas assinaram o protocolo de intenções mútuas para a criação do NEG. Durante os anos que se seguiram ocorreram diversas formações e mais escolas aderiram ao Núcleo de Estudos de Gênero. Em 2014, houve a primeira escola regular em Olinda a assinar o protocolo; e em 2016, todas as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) de Recife passaram a ter Núcleo, além de algumas escolas técnicas (ETE), que até então não participavam da ação.

Cabe ressaltar que as formações do NEG, para os professores, atualmente se dão de forma fluída: encontro in loco com os Núcleos, encontro com os Núcleos de forma geral para que eles integrem entre si. Dentro desses processos formativos existe a Jornada, que é um projeto da Gerência de Formação de Gênero, que objetiva dar prosseguimento à integração dos NEG; e fazer a aproximação do Núcleo com a aliança de enfrentamento às questões de gênero que existe em Pernambuco.

A coordenadora CGFGA declarou a esse respeito que

A SecMulher lidera uma rede de enfrentamento à violência contra mulher no Estado de Pernambuco. Essa rede, ela é composta por todas as figuras que lideram essa pauta de enfrentamento. [...] o Núcleo, ele tem um papel fundamental nessa rede, só que até então ele não é integrado de forma justa a essa rede. Porque essa rede ela funciona no controle, monitoramento, articulação, mobilização. Só que o Núcleo tem um papel muito importante que vem antes disso, que é a prevenção.

O NEG tem esse papel fundamental de fortalecimento na prevenção justamente por incitar o refletir sobre as questões de gênero na faixa etária onde é forjado a maioria dos valores e critérios dos indivíduos.

Atualmente, existem 307 Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Desse número, 16 são em Institutos Federais, 33 em Instituições de Ensino Superior e 258 são em Escolas, entre Escolas Técnicas Estaduais (ETE), Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), Regulares e Municipais, divididos por todo o estado de Pernambuco.

Discorreremos em seguida sobre os aspectos da atuação do NEG em Pernambuco.

5.2 Aspectos da atuação do NEG em Pernambuco.

A atuação do NEG não possui uma padronização a ser seguida e organizada de forma generalizada, dessa forma, todos os Núcleos são autônomos em sua atuação. No início do ano é enviado a cada um deles, pela SecMulher, um Plano de Trabalho que precisa ser preenchido e reenviado. O Plano tem por finalidade informar a SecMulher as atividades que estão sendo e que serão feitas pelo Núcleo e qual a linha de atuação os espaços estão seguindo. A esse respeito a CGFGA destaca:

A gente entrega o modelo e eles entregam para a gente um plano de trabalho preenchido. Vou fazer isso em tal hora, vou fazer isso em tal mês. [...] Vou fazer uma roda de diálogo, vou fazer uma ocupação de quadra [...] Isso funciona na maioria das vezes? Funciona. Isso não funciona algumas vezes? Tem déficit também. Mas isso não significa que a gente não esteja junto com o Núcleo ou que ele não esteja fazendo uma atividade

Em concordância com a CGFGA, a outra coordenadora entrevistada demarca que a atuação do NEG é construída de acordo com a demanda e especificidades de cada espaço de formação e de seus arredores, conforme podemos identificar em sua fala:

Teve um ano que a gente foi em Arcoverde e o plano de trabalho deles foi totalmente voltado para gravidez na adolescência. Acho que foi em 2014, tinha um índice muito alto de meninas grávidas dentro da escola, na adolescência. Então eles fizeram um projeto todo voltado para isso. Você pode chegar em uma outra escola que vai tratar de homofobia. A escola varia em suas demandas.

Dessa forma percebe-se que essas discussões atravessam as paredes dos espaços escolares e se atrelam ao cotidiano desses jovens e de seus arredores. As vivências dessa juventude se tornam um dos mais importantes, se não o mais, ponto que fomenta essas argumentações em torno da temática. Por isso a relevância de se discutir sobre gênero nessa faixa etária. Como observado por Dayrell (2003, p. 42),

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

Em face da atual conjuntura do País, muito se discute a necessidade de introduzir a temática dentro das escolas, muito embora essa discussão aconteça desde antes do atual governo, pois, em 2014, a Comissão da Câmara retirou as questões de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). Apesar disso, o Núcleo não cessou suas atividades. Conforme explica a CGFGB:

Pernambuco é o único estado da Federação que tem o Núcleo de Estudos de Gênero dentro das escolas do ensino médio, até aqui a gente só conhece instituições de ensino superior. [...] Mesmo quando se tirou a palavra gênero do PNE em 2014, o Secretário da Educação veio, renovou o termo de cooperação técnica e disse que as escolas de Pernambuco iriam continuar a estudar sobre gênero.

Ainda sobre a temática dentro desses espaços a CGFGA, afirma que,

Colocar dentro do ensino médio e técnico a oportunidade dos alunos estudarem sobre gênero... Essa é a grande questão do Núcleo: oportunizar a eles um momento de estudo, de quebra de paradigmas, de quebra de conceitos para que a gente possa ter uma sociedade mais justa para nós, mulheres.

Sobre isso, Machado (2010, p.6, grifo nosso) diz que:

De uma ótica preventiva, integrada e multidisciplinar, é realçada a importância de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar, assim como a necessidade de difusão da Lei **Maria da Penha** e dos instrumentos de proteção dos direitos humanos das mulheres. Acresce a isso a importância da inserção de conteúdos relativos a direitos humanos, à equidade de gênero e de raça, etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher nos currículos escolares de todos os níveis de ensino.

É atrelado a essa perspectiva e necessidade que o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher resiste e continua com a sua atuação no Estado de Pernambuco mesmo sem verbas e na luta para que o projeto de sua regulamentação passe pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, para que enfim se torne uma política pública de estado.

A seguir discorreremos sobre as potencialidades e fragilidades do NEG.

5.3 Potencialidades e fragilidades do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Estado de Pernambuco

Ao analisar e comparar os dados da entrevista, nos deparamos com aspectos que se aproximam das falas das coordenadoras. Para ambas, é uma potencialidade concreta o NEG ser um agente transformador, que tem como desejo pulsante o

reconhecimento por parte dos jovens das violências de gênero e suas faces. Para a menina reconhecer que teve um de seus direitos violados e para o menino se reconhecer também enquanto um ser reprodutor de violências presentes em sua vivência.

No que concerne, sobre essa potencialidade a CGFGA demarca que

É um sentimento unânime de todo mundo que lidera essa pauta, é isso, saber que o núcleo ele transforma ou que ele minimamente que seja, ele traz um alerta e faz a menina mudar e o menino olhar de outro jeito.

Dessa mesma forma, a CGFGB especifica que

É de grande potência a menina se ver como mulher. Muitas vezes ela não via que aquilo ali era uma violência e através do Núcleo ela percebe [...] e ela vê o papel da mãe, reconhecendo a mãe como vítima de violência.

Esse reconhecimento fomenta a necessidade da continuidade e expansão do NEG nas instituições de ensino em todas as suas modalidades. Ele atravessa os espaços e percorre histórias para além daqueles alunos atingidos pela atuação dos Núcleos e inclui em sua perspectiva, familiares, vizinhas e conhecidas.

A questão da violência contra a mulher, da violência doméstica, manifesta-se não somente restrita aos espaços das casas, mas no espaço das ruas, sendo estas o público, porque envolve a conquista da cidadania por parte de homens e mulheres no contexto da realidade social brasileira, marcada pela desigualdade social. O reconhecimento de direitos, não se insere somente no campo das relações intersubjetivas, mas envolve atributos jurídicos expressos pelo Estado. A violência na sociedade brasileira na contemporaneidade está a crescer e por consequência a violência doméstica. (NERY, LUTZ E MORAES, 2014, p. 4)

No tocante às reflexões sobre violência e equidade entre gêneros é sempre necessário compreender o papel da escola nesse enfrentamento e debate e nessa mesma linha conceber a dimensão que é o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher nesses espaços, para refletir desde a historicidade dos nossos processos sociais, até os questionamentos sobre o replicar das violências por parte dos jovens, como podemos identificar na fala da CGFGA

É impressionante a diferença que a gente vê de uma escola que tem Núcleo que é efetivo, to falando assim, na garantia dos direitos de igualdade dentro da escola pra outra que não

tem Núcleo; então essa potencialidade de você fazer um recorte de gênero através da formação ela é fundamental para que a gente cada dia mais diminua essa sociedade patriarcal, machista, minimamente a gente pare de repetir gerações que trazem isso como bandeira e às vezes a criança, o adolescente, ela realmente só reproduz o que o pai, a mãe, a sociedade mostra pra ele. Não é que ele escutou, parou e falou: “Ah, eu vou ser assim”. Ele só reproduz.

A violência de gênero ratifica o quanto a sociedade ainda invalida a mulher enquanto detentora de direitos protetivos. Para Nery, Lutz e Moraes (2014) a secundarização do papel feminino no decorrer da história da nossa sociedade fez com que a mulher não conseguisse se impor de forma pública e isso trouxe uma solidão feminina que resultou por tempos o desconhecimento de seu reconhecimento perante a sociedade.

A luta da mulher de anos atrás no nosso País, iniciou a quebra de paradigmas das discussões de gênero e isso foi uma vitória para nossa geração. E a continuação dessa luta vai ser uma vitória para a geração que vai vir.

No que tange essa batalha de enfrentamento para os anos que se seguem, a CGFGA apresenta que,

O Núcleo ele tem a potencialidade de mudar as gerações imensa e de também trazer reflexões para dentro do adulto muito grande porque tem uma coisa que me impacta bastante, me impactou bastante uma vez. A gente foi fazer oficina em uma escola e aquela oficina três dias depois ligaram pra gente dizendo que a menina identificou que a mãe dela sofria violência doméstica. Então são anos ela vendo a mãe dela sofrer violência doméstica, achando normal, tranquilo e quando chega uma ação do Núcleo, que faz com que ela olhe que tem cinco tipos de violência contra a mulher e que ela entende que a mãe dela sofria violência doméstica... É ou não é uma mudança minimamente radical pra nossa sociedade?

Entretanto, nem só de potências é feita a caminhada do Núcleo de Estudos de Gênero, desde sua formalização em 2011 existem pontos que impulsionam cada vez mais a luta da Secretaria da Mulher e da Gerência de Formação de Gênero no que diz respeito a continuação das atuações do NEG.

Existe um ciclo de troca enorme de gestores e professores das instituições escolares. Então quando um professor que está na liderança do Núcleo é trocado de escola, o projeto que foi criado para aquele ano, naquele espaço, não vai com o

professor para outra instituição. Fica incumbido ao próximo professor que se colocará como liderança a continuidade do que foi escrito no Plano de Trabalho. Até esse novo líder chegar, as atuações paralisam.

Comumente, os professores que lutam para que o Núcleo chegue até a sua escola, são professores que já debatem as temáticas de gênero e suas linhas de pesquisa. Então quando ocorre essa troca, às vezes demora para chegar outra liderança. E essa demora também tem a ver com o fato de que não existe um orçamento para o Núcleo de Estudos de Gênero.

Portanto, não existe uma carga horária, nem bolsa, ou seja, nenhum incentivo para movimentar esses professores nessa atuação, além do conhecimento da temática e compreensão da carência do debate nesses ambientes. Acerca disso, a CGFG A afirma:

O ponto difícil do Núcleo é a troca e o fluxo de professores. E isso existe porque a gente ainda não regulamentou esse Núcleo mesmo, essa ação é prioritária. O Naíde ele tem um decreto, ele existe por um decreto, ele tem um orçamento próprio. Então assim, quando a gente conseguir, isso não depende do Governo do Estado, para ele se tornar efetivamente uma política pública, ele tem que passar pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e a gente sabe que lá a gente tá com uma comissão que impede que a gente fale de gênero dentro da Assembléia.

Em referência à fala da Coordenadora, é necessário articular que os indivíduos que são contra o debate sobre todos os conteúdos que envolvem a temática de gênero atravessam a bolha de uma única comissão. Para além da bancada conservadora que habita na Assembléia, que não compreende as discussões de gênero, existe também um movimento de grande proporção contrário a essas discussões em ambientes escolares: os próprios pais dos alunos. Como ratifica a CGFGA em sua fala:

E para além disso, existem os grupos de pais que não entendem muito o que é gênero, que sempre buzinam no ouvido do professor, que às vezes querem que o professor seja demitido. Já aconteceu de o professor ter que mudar de escola por causa disso. É uma escadinha que a gente vai conquistando, como sempre.

Em concordância com a CGFGA, a outra Coordenadora reafirma que a luta para manter a existência do NEG não é só contra a bancada, mas sim contra todo um sistema que não compreende que falar sobre igualdade de gênero, violência

contra a mulher, sobre toda a rede que faz parte do enfrentamento às violências de gênero, que perpetua uma história que apaga os direitos das mulheres e invalida todo o seu papel dentro da nossa construção social. Como cita em sua última fala:

As políticas públicas de gênero tem que ser com muita luta pra gente poder ter ganhos e aí eu acho que o grande desafio é esse, a gente regulamentar o Núcleo enquanto ação de política pública que não depende só da gente, mas de um grupo e também ir contra esse povo que não entende o que é gênero (Fala da CGFGB).

Dito isso, percebe-se que falta também essas reflexões sobre gênero e suas implicações para os adultos e isso levanta mais uma vez o questionamento do porquê não lutar para essas discussões serem feitas na tenra idade. É uma vitória a curto, médio e longo prazo crianças e adolescentes crescerem sabendo reconhecer as violências de gênero e suas interfaces, sabendo reconhecer os seus direitos que estão sendo violados e sabendo que existe uma rede de enfrentamento e apoio.

E para além disso saber que antes de toda essa rede de apoio, existe ali uma ação de prevenção, que resiste à todas as problemáticas porque compreende que o debate sobre a temática é imprescindível para a construção social dos indivíduos, que é o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por finalidade principal analisar os aspectos significativos da atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher no Estado de Pernambuco, contemplando as potencialidades e fragilidades de sua existência.

O NEG enquanto ação da Secretaria da Mulher, oficializado em 2011, é uma ação de combate na esfera da prevenção da violência de gênero, construindo o debate sobre a temática dentro de instituições de ensino. Sendo apoiado por instituições da área da Educação, existem mais de 300 Núcleos espalhados por todo o Estado.

A luta das mulheres em busca de seus direitos e no enfrentamento das violências é escrita na história do País com muito sangue e dor. Quando se fala de

feminicídio, o Brasil ocupa uma das posições mais altas no pódio entre todos os países do mundo. Dia 10 de Outubro de 2022 completou-se 42 anos do Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher, que foi instaurado por causa das manifestações femininas contra a violência de gênero, temática essa, que não era debatida naquela época.

As movimentações atemporais dos grupos combativos dessas violências atravessaram esferas políticas e sociais e se incorporaram à esfera educacional por perceber que a instituição escolar é um espaço que vai muito além do conhecimento acadêmico, é uma impulsora de conhecimentos sociais, necessários para a formação do indivíduo.

Diante do exposto, as evidências encontradas no decorrer da pesquisa nos fazem inferir que tornar o NEG uma política pública de estado apresenta-se uma estratégia relevante para a prevenção da violência de gênero desde a mais tenra idade. É de suma importância a implementação de uma lei que o regularize, fazendo com que o NEG tenha um orçamento próprio, podendo o mesmo ser utilizado para: 1) implementação de uma bolsa de incentivo e complementação da carga horária dos profissionais das escolas que atuem junto com o Núcleo. 2) ter orçamento para formações gerais das lideranças de cada Núcleo; 3) ter orçamento para a atuação dinâmica do Núcleo nas instituições.

Para além, percebe-se que a existência do NEG dentro desses ambientes de formação reverberam em um processo importantíssimo no enfrentamento das violências de gênero e suas vértices: o reconhecimento dos direitos violados por parte das alunas e a compreensão da construção de uma masculinidade tóxica por parte dos alunos.

A partir dessa lógica é importante considerarmos primordial a existência do debate nas escolas quanto à temática de gênero, porque é nesses espaços que as crianças e adolescentes constroem as suas percepções e criticidade às pautas que estão presentes em seu meio social.

Por fim, esperamos que o interesse desenvolvido nesta pesquisa colabore para a reflexão da necessidade de aprofundar os debates sobre as violências de gênero que subsistem em nossa sociedade. Almejamos que a pesquisa sirva como pista para possíveis ponderações sobre a temática aqui discutida.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Alepe celebra dez anos dos núcleos estaduais de estudos de gênero e combate à violência.**

Disponível em:

<https://www.alepe.pe.gov.br/2021/12/07/alepe-celebra-dez-anos-dos-nucleos-estaduais-de-estudos-de-genero/>. Acesso em: 23 abr 2022.

BRASIL. Decreto nº 1973, de 1 de agosto de 1996. Decreto nº 1.973 de 01/08/1996.

Diário Oficial da União, 2 ago. 1996. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/394916>. Acesso em: 9 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006. Lei nº 11.340 de 07/08/2006. **Diário Oficial da União**, 8 ago. 2006. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/572125>. Acesso em: 12 abr 2022.

BRASIL. Lei nº 7353, de 29 de agosto de 1985. Lei nº 7.353 de 29/08/1985. **Diário Oficial da União**, 30 ago. 1985. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/549229>. Acesso em: 03 abr 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300004>. Acesso em: 19 abr 2022.

ESTEVES, Eduarda. Conheça o movimento Quem ama não mata, referência na luta contra a violência à mulher. **Elas que lucrem** [S. l.]: 12 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.eql.com.br/instagram/2021/08/conheca-o-movimento-quem-ama-nao-mata-referencia-na-luta-contra-a-violencia-a-mulher/>. Acesso em: 27 abr 2022.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s0034-75901995000300004>. Acesso em: 03 mai. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Amanda Santos. Políticas públicas de juventude, a violência de gênero e a Lei Maria da Penha. **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-10, 2010. Disponível em:

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278268085_ARQUIVO_AmandaMachado-ST25.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MANSUIDO, Mariane. **Ciclo da violência doméstica**: saiba como identificar as fases de um relacionamento abusivo. [S. l.], 6 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/ciclo-da-violencia-domestica-saiba-como-identificar-as-fases-de-um-relacionamento-abusivo/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

NERY, Maria Clara Ramos; LUTZ, Armgard; MORAES, Ana Paula Rosa de.; Violência contra a mulher sobre o enfoque da teoria do reconhecimento de Axel Honneth: uma reflexão. *In*: XVI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MERCOSUL, 2014, Cruz Alta. **Anais**. UNICRUZ: [s. n.], 2014.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher**: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/1826517/Violência_contra_a_mulher_políticas_públicas_e_medidas_protetivas_na_contemporaneidade. Acesso em: 01 maio 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Ideação**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. p. 09–21, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/852>. Acesso em: 12 maio. 2022.

UN WOMEN. Commission on the Status of Women, Disponível em: [https://www.unwomen.org/en/csw#:~:text=The%20Commission%20on%20the%20Status,II\)%20of%2021%20June%201946](https://www.unwomen.org/en/csw#:~:text=The%20Commission%20on%20the%20Status,II)%20of%2021%20June%201946). Acesso em: 01 mai. 2022.

WALKER, Lenore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.